



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O S V E R E A D O R E S D O P C P

MOÇÃO

Considerando que:

A situação laboral no Porto de Lisboa e os acontecimentos recentes exigem a imediata atenção da Câmara Municipal de Lisboa;

As Associações Patronais do Porto de Lisboa accionaram o último prazo de 60 dias para a caducidade do Contrato Colectivo de Trabalho no Porto de Lisboa a 14 de Setembro. Esta posição não pode ser desligada da lei do trabalho portuário imposta pelo anterior Governo;

As Casas do Conto, ou um trabalho portuário assente em Empresas de Trabalho Temporário na sua nova versão, pertencem ao passado do trabalho portuário e no passado devem ser mantidos, por muito que o patronato deseje aumentar ainda mais os seus lucros à custa da exploração da força de trabalho;

Paralelamente, soube-se que o Grupo Mota Engil e o Novo Banco venderam a uma multinacional turca - Yildirim - o sector portuário e de logística da Mota-Engil, incluindo a maioria das concessões do Porto de Lisboa;

Este facto, além de colocar mais um sector estratégico da nossa economia ao serviço dos interesses de uma multinacional, agrava a situação atrás reportada, na medida em que são bem conhecidas as práticas laborais desta multinacional noutros portos da Europa;

Não temos dúvidas que o Grupo Mota-Engil terá realizado o negócio por mais uns milhões, graças à oferta de um Porto de Lisboa «liberto» de contratação colectiva e preparado para ver os actuais trabalhadores despedidos em massa e substituídos por trabalhadores precarizados e mais baratos;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A
G A B I N E T E D O S V E R E A D O R E S D O P C P

A resposta dos trabalhadores portuários, responsabilizará a Lei do Trabalho imposta pelo anterior governo PSD/CDS, que permite às entidades patronais criar condições para uma acrescida exploração e precariedade, após a destruição da Contratação Colectiva existente;

Recusará a destruição do emprego e de incremento da precariedade, bem como a declaração de guerra das Associações Patronais.

A Câmara Municipal de Lisboa decide:

1. Apelar às Associações Patronais do Porto de Lisboa que anulem a declaração de guerra aos trabalhadores portuários, decretada no passado dia 14 de Setembro.
2. Apelar às Associações Patronais e ao Sindicato dos Estivadores para a imediata retoma e conclusão do processo de negociação colectiva.
3. Expressar a sua solidariedade para com os trabalhadores portuários na luta que decidam travar em defesa dos seus justos direitos.
4. Defender o Sector Portuário como Estratégico para a economia nacional.

Lisboa 14 de Outubro de 2015

Os vereadores do PCP

João Ferreira

Carlos Moura